

Arlete Moysés Rodrigues

Professora Livre Docente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAM- IFCH)
amoyes@terra.com.br

A abordagem ambiental: Questões para reflexão¹

Resumo

O texto apresenta reflexões sobre abordagens ambientais e como as matrizes discursivas oficiais ocultam o território, o espaço, as classes sociais e deslocam os conflitos da produção destrutiva, intensificada pelo meio técnico-científico, para o planejamento do uso de recursos no século XX. Destaca aspectos da ocupação produtiva e da ocupação/da produção destrutivas, apontando o processo de domínio do território, das técnicas e do avanço do capital. Apresenta algumas ideias norteadoras para repensar os temas que envolvem a problemática ambiental, destacando a necessidade de ultrapassar o pensamento único centralizador e simplificador para um pensamento complexo.

Palavras-chave: espaço, território, problemática ambiental, riquezas naturais, ocupação produtiva, produção destrutiva.

Abstract

ENVIRONMENTAL APPROACHES

This article introduces issues about the environmental approaches that hide territory, space, social classes, and move the conflicts of destructive production, to plan the use of resources in the 20st century. Detaches aspects of occupation of the territory, of the technics and the capitals move. Introduces ideas to rethink topics that involve the environmental issues and the necessity to surpass the unique thought.

Key-words: space, territory, environmental issues, natural sources, production/ occupation, destructive production.

1. Ideias problematizadoras

O texto tem o objetivo de trazer para o debate inquietações e reflexões sobre abordagens ambientais relacionadas a produção/reprodução do espaço e relações societárias com a natureza. A ideia é contribuir para uma análise crítica do tema.

A perspectiva das ciências da sociedade, em especial da Geografia, é, de modo geral, buscar a compreensão do território, da produção do espaço, das relações sociais, das relações da sociedade com a natureza. Traçaremos, assim, alguns aspectos de perspectivas de análise.

Para demonstrar algumas das transformações do processo produtivo, da produção do espaço e as análises realizadas, tomamos como referência inicial o que Jean Brunhes apresenta no livro “Geografia Humana” (BRUNHES, 1962) sobre a ocupação produtiva e a ocupação/ a produção improdutivas. Para o autor, a ocupação produtiva estaria relacionada principalmente com a agricultura utilizada para suprir necessidades básicas de alimentação, água, vestuário, ou seja, ligadas diretamente à reprodução da vida.

A ocupação produtiva implicaria uma relação orgânica com a natureza, permitindo a recomposição, no tempo e no espaço, dos elementos da natureza. A relação orgânica pressupunha que a atividade agrícola devolvia à terra seus elementos constitutivos. A agricultura representava “a continuidade: um grão é substituído por outro grão, uma ovelha dá à luz mais ovelhas. O crescimento como ratificação e reafirmação do ser” (BAUMAN, 2005, p. 30).

A terra era uma riqueza natural, um valor, embora Brunhes não apontasse a dimensão de valor e tinha como base a agricultura realizada em pequenas propriedades, com rotação de culturas e de terras, com uso de fertilizantes naturais. Brunhes também não fazia referência à monocultura de exportação que ocorria e ocorre em grandes propriedades agrícolas e nem articulava seus pressupostos com a produção da vida de forma indireta (morada, deslocamentos, etc.).

Já a ocupação/a produção destrutivas estariam diretamente relacionadas às atividades extrativas vegetal, animal e mineral, aos setores secundário e terciário (indústrias, comércio, serviços, uso do solo para edificações

de todas as atividades). Destaca Jean Brunhes a exploração de minérios, de combustíveis fósseis, derrubada da cobertura vegetal, geração de energia, ocupação da terra para construções de indústrias, casas, vilas, povoados, aldeias, cidades, vias de circulação (ferroviárias e rodoviárias, portuárias e aeroportuárias) e os meios de circulação, que retiram as riquezas da terra/ do solo e do subsolo, sem possibilidade de recomposição. Karl Marx já havia apontado que a produção destrutiva retira, sem possibilidade de reposição, matérias-primas, minérios, vegetação e utiliza terras para edificação de casas, estradas, fábricas, unidades comerciais e de serviços².

David Harvey, além de reafirmar e demonstrar o processo de produção destrutiva, utiliza a expressão compressão do tempo-espaço para mostrar a intensificação da produção destrutiva, principalmente a partir da segunda metade do século XX (HARVEY, 1989). A ocupação e/ou produção destrutivas não permitem, em sua essência, a recomposição dos elementos da natureza, geram restos, resíduos e poluição do ar, água e solo.

Sinteticamente podemos afirmar que, em tempos pretéritos e atualmente em espaços específicos, a ocupação/a produção produtivas devolvem à terra os nutrientes que dela extraem. O valor da terra em sua complexidade é embutido pelas suas qualidades inerentes.

A ocupação/a produção destrutivas tornam-se dominantes em atividades antes denominadas como ocupação produtiva, em especial com a revolução agrícola, calcada no avanço da indústria química e na tecnologia, no uso intensivo de elementos químicos para “corrigir” o solo, aumentar a “produtividade”, combater “pragas agrícolas”, que alteram a possibilidade de recomposição dos sais minerais, água e demais nutrientes. A “revolução agrícola” promoveu o aumento de produtividade por um curto espaço de tempo, mas logo depois mostrou que restringe a potencialidade para recuperação natural do solo e diminui progressivamente a produtividade agrícola.

A terra, no processo de expansão da produção destrutiva para todas as atividades, parece perder o seu valor como riqueza natural. O valor, mediado pelo preço, passa a ser relacionado ao investimento de capital, ao uso de produtos químicos, pesticidas, máquinas e implementos agrícolas, ou seja, mediado pelo meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1996) e pela produção para o mercado.

A riqueza natural “perde” valor nas contabilidades se a ela não for adicionada a complexa teia de produtos relacionados ao meio técnico e ao capital. Ocultam-se a terra como riqueza, a importância do território e do espaço, o trabalho e os trabalhadores. O valor parece desaparecer e torna-se apenas valor de troca separado de sua base material. A produção/a ocupação destrutivas estão presentes em todos os setores de atividades com intensificação do uso da terra, da exploração da força de trabalho, da exploração das riquezas existentes no território. A riqueza natural se transforma em recurso natural “mercadoria”, que parece existir apenas quando mediado pelo capital, a quem se atribui a produção material e materializada no espaço, ou geografizada, como diz David Harvey (HARVEY, 2005).

A produção destrutiva refere-se tanto à ocupação do solo, de extração das riquezas, como à produção de resíduos. “A mineração é o epítome da ruptura e da descontinuidade. O novo não pode nascer a menos que algo seja descartado, jogado fora ou destruído...” (BAUMAN, 2005, p. 31). Para dar uma ideia do processo de produção de “restos”, lembremos que Michelangelo quando indagado como obtinha a bela harmonia de suas esculturas teria respondido: “É simples. É só você pegar um bloco de mármore e cortar os pedaços supérfluos” (BAUMAN, *ibidem*). Evidentemente não se trata de colocar a obra de arte na mesma dimensão da produção destrutiva, mas ressaltar que o supérfluo na produção destrutiva gera as sobras que não mais se incorporam ao lugar de onde foram retiradas.

A ocupação produtiva e produção destrutiva estão presentes nas relações da sociedade com a natureza mesmo nas chamadas sociedades tradicionais, porém o ritmo da ocupação destrutiva é alterado após a revolução industrial, avanço do capitalismo e da técnica e com mudança de atributos do valor de troca. Processo relacionado ao meio técnico que provoca a aceleração dos tempos de produção e de uso intensivo do espaço.

A compressão do tempo-espaço imbrica-se às descobertas de processos existentes na natureza, com os chamados motores da história e suas poderosas máquinas que alteram radicalmente a configuração dos territórios, a produção do espaço e as formas de domínio e poder bem como as relações societárias. Aumenta a produção de ferros, vidros, trens, materiais elétricos, máquinas e implementos, que implicam a extração de riquezas minerais, fósseis. Cada exploração de riqueza implica um processo de “esgotamento”

e/ou “poluição” das riquezas naturais e a geração de supérfluos, posteriormente transformados em mercadorias (RODRIGUES, 1998).

O avanço da tecnologia altera a forma e o conteúdo do espaço, do território e das relações societárias³. Implantam-se novos meios de deslocamento como ferrovias, rodovias, definição de rotas no espaço aéreo e nas águas oceânicas, implantam-se estações ferroviárias, rodoviárias, hangares, aeroportos.

Mudam as formas de edificação de residências, comércios, indústrias, de vias de deslocamento (avenidas, ruas, estradas). Desaparece o “escuro” nas áreas urbanas e em grande parte das rurais, alterando a dinâmica de edificação e de circulação. O predomínio da indústria automobilística e do automóvel individual imprime nova forma de circulação intra e inter urbana.

Os motores e suas poderosas máquinas implicam alteração na apropriação das riquezas no território, com a manutenção do poder em frações de classes. Os estudos, em geral, não têm acompanhado as transformações que permitam compreender a complexidade do mundo, onde há intensa valorização da técnica e desvalorização do trabalho e dos trabalhadores, e compreender como a forma e o conteúdo do rural e do urbano são inseparáveis do espaço, do território, das relações societárias que neles se expressam.

A velocidade de deslocamento de pessoas e mercadorias redefine e rearticula a expansão do capital. As formas de lutas, combates, guerras também se modificam e podem ser feitas à “distância”. O mundo pode ser destruído rapidamente como demonstrado com as guerras, bombas atômicas e outras armas de contaminação e destruição.

O avanço das tecnologias altera a apropriação/propriedade de riquezas naturais, de formas de domínio da natureza, aumenta o ritmo de exploração, muda as formas de edificações, de vias e meios de circulação. Intensificam-se a produção destrutiva e a produção de refugos. Há poucas pesquisas que permitem compreender como se dá a produção destrutiva em sua totalidade.

De modo geral, somente quando os problemas de poluição e de esgotamento de elementos da natureza tornaram-se mais difundidos é que a produção destrutiva volta a ser objeto de estudos, porém sem analisar a correlação inequívoca da produção/da destruição.

O avanço da técnica permite que o conhecimento das riquezas naturais e de sua localização no território seja ampliado, pois é fundamental para a reprodução ampliada do capital, mas a importância do espaço, do território, é ocultada exatamente pela importância que tem.

O aumento do conhecimento sobre as riquezas naturais, transformadas em mercadorias – recursos naturais, o saber internacional sobre a dilapidação das riquezas naturais, sem colocar em xeque o modo de produção, passam a ser explicados por novas matrizes discursivas.

Quando os problemas atingem a esfera mundial, é forjada uma nova forma de continuar com o “desenvolvimento”, adicionando-lhe o adjetivo sustentável. A ideia de desenvolvimento sustentável retoma outra ideia, de que os problemas são ocasionados por desvios do modelo e que é possível corrigi-los com um planejamento que pode ocorrer nos tratados internacionais, independentemente dos limites de Estados Nacionais. A Agenda internacional, a Agenda 21, aponta um modelo (sem molde) que deve ser implantado no século atual.

Nas ideias contidas no desenvolvimento sustentável, os problemas de poluição, dilapidação de riquezas naturais, falta de moradia, de infraestrutura, de equipamentos, meios de consumo coletivo, crises de energia, de transportes, entre outros atribuídos aos desvios de um planejamento, poderão ser corrigíveis no Século XXI, desde que haja aplicação de recursos financeiros e tecnologia, provenientes dos países do centro do sistema.

Assim cria-se e/ou recria-se uma cortina de fumaça sobre a dilapidação do ambiente, as contradições e os conflitos de classes e de apropriação do território. No ideário, são deslocados para conflitos de gerações (RODRIGUES, 2006). As mazelas devem ser corrigidas por todos, no século XXI, porque as riquezas naturais são um bem comum da humanidade. O que não se diz é que são apropriadas privadamente.

Também fica oculto que o ritmo da exploração/produção tenha se intensificado com o avanço da técnica, o deslocamento da produção para a imagem da produção com o domínio do capital financeiro. Se oculta também o valor das riquezas naturais que para existirem terão que depender do capital e da técnica.

2. Novas matrizes discursivas

As novas matrizes discursivas reproduzem o pensamento único sobre as relações da sociedade com a natureza. Saramago, no romance “Ensaio sobre a Cegueira”, permite visualizar como o pensamento único simplificador joga uma cortina de fumaça sobre as relações sociais e as relações societárias com a natureza. Numa grande cidade as pessoas ficam súbita e inexplicavelmente cegas e contagiam praticamente todos. Os acontecimentos mostram as desventuras de uma sociedade que, acostumada ao pensamento único, a uma única forma de perceber o mundo, é de súbito levada a depender dos demais sentidos. Primeiro, o poder institucional confina os cegos, com guardas armados a vigiá-los. Depois como quase todos ficam cegos, as disputas por sobreviver estão em todos os lugares (compare: PRAXEDES, 2008).

A obra pode ser entendida como questionamento ao pensamento único, que impede o pensamento complexo, o que significa, do ponto de vista da ciência, retomar a plurisensorialidade, a interdisciplinaridade, considerar formas diversas de ver e entender o mundo, um saber que questiona a cegueira de um modo único de pensar.

O pensamento completo nos convida a “meditar sobre a complexidade paradoxal da ciência (...) ao mesmo tempo subjetiva e objetivante, distante e interior, estranha e íntima, periférica e central, epifenomenal e essencial” (MORIN, 1996, p.16), e buscar compreender como a complexidade se oculta na simplificação que não tem incertezas, caos, organizações, desorganizações.

O mundo é incerto e certo, organizado e caótico, o que nos leva a refutar o pensamento único simplificador e tentar entender a complexa realidade que se impõe cotidianamente. Um desafio a construir para analisar a teia de relações societárias, de produção e reprodução do espaço.

A importância do “trabalho” (homo faber) foi a ideologia dominante pelo menos até a metade do século XX, com a ideia de que o Estado moderno promoveria o desenvolvimento relacionado à industrialização e à urbanização. Os estudos e pesquisas abordavam, entre outras questões, a delimitação de territórios, de espaços, de Estados nacionais, a produ-

ção e a sociedade, aspectos das contradições de classe. Estudos apontam também alterações que ocorriam com a passagem dos colonialismos aos imperialismos, que demonstravam alterações na apropriação das riquezas⁴, mostrando que o espaço era fundamento do período colonial e que parece não importar no período do imperialismo. O trabalho aparecia como categoria fundamental para compreender o processo de produção.

O avanço da tecnologia coloca em destaque novas formas de conhecimento e apropriação do território, riquezas naturais, espaço, e deixa-se de enfatizar a importância do território, das riquezas naturais, do trabalho, lançando sobre eles espessa cortina de fumaça, em especial com as novas matrizes discursivas. Nos últimos 50 anos, mudam radicalmente a grafia da terra, as formas de produção do espaço, a apropriação do território e das riquezas naturais. As riquezas naturais são caracterizadas como importantes apenas quando relacionadas ao mercado e às contas.

Michel Serres mostra que a domesticação das espécies, iniciada há milhares de anos, imitava a natureza e a seleção natural e, hoje, bifurca-se com a “invenção” do gênio genético. Há, ao mesmo tempo, a reprodução natural (cada vez mais limitada), a imitação da natureza e a “indústria da vida”. Parecem ter as mesmas intenções, mas as direções e as escalas são diferentes (SERRES, 2003).

A biotecnologia parece alterar a relação com e entre os seres vivos. Fabricam-se espécies, criam-se vidas e ao mesmo tempo o uso da bomba atômica e suas variantes anunciam a possibilidade da morte global. Como compreender este processo de alteração da vida e da morte? Como analisar a produção destrutiva que atinge a humanidade?

A mudança de escala do local ao global altera-se rápida e completamente sem que haja novos paradigmas, instrumentais teóricos e analíticos para realizar análises coerentes. Do Homo Faber para o Homo Universalis e daí para o Homo Terminator, como compreender o processo? De problemas locais para os globais, camuflados pela ideologia, pelas ideias de sustentabilidade da produção e elementos da natureza passarem a ser chamados de “bem comum” (RODRIGUES, 2005).

Muda a aparência da sociedade, mas sua essência ainda está longe de ser compreendida. As análises sobre o território, o espaço, a natureza, as ri-

quezas naturais, indicam que a sociedade e o ambiente podem ser o Homo Terminator, mas ocultos pelas imagens de progresso, prosperidade.

Será que a cegueira, o domínio do pensamento único nos impede de compreender que as categorias espaço, território, natureza, ambiente, sociedade, relações sociais, apesar de sua importância, ficam obscurecidas pelo ideário de desenvolvimento, de progresso, do avanço técnico?

A falta de compreensão de que há uma cortina de fumaça escondendo a importância do espaço, do território, do trabalho e das classes sociais, tem influenciado cientistas e estudiosos, que passam a usar o termo meio ambiente, ou ambiente, sem analisar, pelo menos em princípio, o significado, a significância, dos termos utilizados. As categorias trabalho e produção industrial parecem desaparecer com a substituição aparente ou real do trabalhador por máquinas e das indústrias por serviços, as classes sociais substituídas por classes de renda e os conflitos de classes pelos conflitos de gerações (RODRIGUES, 2006).

A intensificação do ritmo de exploração de homens e da natureza foi ainda pouco analisada, embora, como já dito, a produção destrutiva seja conhecida desde tempos pretéritos e a revolução industrial e o avanço do modo de produção capitalista a acelerem intensamente.

O capital se preocupa com a possibilidade de esgotamento de alguns elementos da natureza. Poder-se-ia indagar se o esgotamento de riquezas naturais provocaria a derrocada do capital. Poderia provocar, a meu ver, crises para alguns capitalistas, alterar o domínio e o poder de alguns setores do capital e de alguns países, mas não provocaria crise geral do capital, do capitalismo, pois os problemas de “meio ambiente” são produtos do sucesso do modo de produção capitalista, do avanço das tecnologias, e não de crises do capitalismo. A procura de maior rendimento, de produção de mais e mais mercadorias, acelera a produção destrutiva, a destruição da biodiversidade e da sociodiversidade. Mostra o sucesso do modo de produção e não o seu fracasso, ou seja, não há crises ou insucesso quando se trata da destruição de riquezas naturais.

Consideramos que, para manter o sucesso do modo de produção capitalista, o domínio do poder e a hegemonia do pensamento dominante, provocaram-se vários deslocamentos de análises, de matrizes discursivas, de

representações sobre progresso, desenvolvimento, criando-se imagens con-
dizentes para permitir a perpetuação do sucesso do modo de produção.

As riquezas naturais, o ambiente, o meio ambiente passam a ser considerados como “bem comum” da humanidade e as dilapidações, o esgotamento de riquezas são, conforme é dito, causados igualmente por todos. Os problemas de reprodução da força de trabalho, da reprodução dos homens e da apropriação privada das riquezas não são destacados por não serem importantes para a reprodução ampliada do capital, que conta agora com a alta tecnologia.

Retorna o neomalthusianismo, com a ideia de que muita gente tendo acesso aos poucos recursos provocaria a destruição do meio ambiente. Em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, o Clube de Roma apresenta a ideia de crescimento zero como uma nova roupagem para as velhas questões de exploração, apropriação de territórios, do espaço. O poder e o sucesso do modo de produção deveriam manter-se como estavam, garantindo a continuidade da produção destrutiva.

Não há nas novas matrizes discursivas preocupação com a sociedade, o território, as riquezas naturais, mas sim com os recursos naturais e a perpetuação do uso de riquezas por alguns. O centro da proposta é a manutenção do poder e do domínio dos países do centro do sistema e de camadas de classe em vários países.

O mundo é tratado como se não houvesse fronteiras políticas dos Estados Nacionais⁵. Não se pode esquecer, contudo, que além de atuar nos limites internos, há delimitação de espaço aéreo, plataforma continental, águas territoriais e as normas de apropriação que passam a ser regidas pelo direito internacional, sempre desrespeitado.

Como tratar os países como se fossem independentes, se a riqueza tem sido apropriada pelas potências multinacionais, transgredindo as delimitações dos Estados Nacionais com as patentes, em especial com as patentes intelectuais?

As riquezas naturais, os “recursos” podem ser patenteados independentemente do local onde se encontram. Um “papel”, o registro da patente, garante a “propriedade intelectual” aos que detêm as técnicas. Os bancos de germoplasma guardam o poder do conhecimento para o futuro (RODRIGUES, 1998).

Guardar para o futuro, em especial para as gerações futuras, é tido como uma forma de garantir o meio ambiente – um bem comum da humanidade. O Estado-Nação é subjugado pelas normas do capital financeiro, do neoliberalismo travestido de desenvolvimento sustentável.

A forma como se estabelecem as declarações internacionais oculta diferenças, divergências, conflitos de apropriação do espaço, do território e principalmente os conflitos de classes. Embora não explicitada porque envolta numa cortina de fumaça, tem-se como meta a permanência das formas de apropriação, da exploração de riquezas por alguns países, por poucas pessoas.

Neste processo, de contínuo aumento da destruição, as riquezas naturais, como já dito, passam a ser recursos naturais. O valor dos elementos da natureza, da água, da terra, das matas, do ambiente, do espaço, é completamente descartado. O que interessa é o preço de mercadorias, com predomínio do valor de troca, mas não o VALOR, sem preço. As riquezas tornadas recursos são tratadas como se fossem, no modo de produção dominante, um valor e um bem comum possíveis de ser apropriadas por todos. Como considerar bem comum as riquezas naturais se as mesmas são apropriadas privadamente tendo como principal atributo o preço?

Mudam as matrizes discursivas e após a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, torna-se senso comum afirmar que os recursos naturais são bens comuns da humanidade e que a meta é utilizar os recursos naturais para garantir a vida das gerações presentes e futuras. O que se pretende é que as riquezas naturais sejam recursos que permitam o desenvolvimento sustentável para o capital.

A agenda assinada pela maior parte dos governos é denominada de Agenda 21. Seria possível se colocar contra o “bem comum” da humanidade? Seria provável não aceitar que no século 21 se atingiria o “desenvolvimento sustentável”?

Quem pode ser contra um século? O que seria ser contra um século? Como se poderia não considerar importante a vida das gerações futuras, mesmo que elas não estejam aqui para dizer o que querem? Neil Smith⁶ aponta dificuldades para se contrapor aos discursos do “século americano”.

Consideramos também que é muito difícil se contrapor (ou mesmo explicitar) à (a) ideia de que no século XXI se atingiria o desenvolvimento sustentável para as gerações presentes e futuras. Como pensar nas gerações futuras, se a geração presente não tem participação na apropriação das riquezas e, além disso, a geração futura seria a do século XXI? Em que lugar, em que território, em que espaço, em que paisagem, estará a geração futura? Esta é uma questão vital para que possamos debater o espaço, o território, e tentar compreender o mundo presente.

A alteração do discurso hegemônico dominante provoca deslocamentos discursivos que encobrem a perpetuação das formas de apropriação, da propriedade das terras, dos meios de produção e demais riquezas.

Coloca-se a responsabilidade pela destruição como coletiva. Atribui-se aos pobres e à pobreza, ao crescimento populacional, a dilapidação das riquezas, enquanto que a tecnologia e o capital financeiro são erigidos ao patamar máximo como protetores do meio ambiente. Não aparecem nas novas matrizes discursivas o espaço, o território, exceto como suportes, mas não como elementos constitutivos das possibilidades de exploração dos recursos. A sociedade é uma abstração, sem classes sociais, sem antagonismos, sem contradições e conflitos. Uma sociedade abstrata que deve zelar pelo “bem comum”.

A cortina de fumaça sobre a importância das riquezas naturais torna-se mais espessa. Os debates em relação aos problemas reais são deslocados com as ideias de um desenvolvimento sustentável. Os problemas são tidos como desvios do modelo e a correção dos desvios se daria com o desenvolvimento sustentável. A essência dos problemas, do significado de modelo econômico, ou o que seriam desvios não são sequer aventados.

A categoria tempo é retomada como fundamento dos discursos. Com o tempo seriam corrigidos os problemas, a falta de tecnologia e de recursos financeiros (RODRIGUES, 1998). O avanço tecnológico criaria sempre novas fontes de riqueza, ao mesmo tempo propiciaria a correção dos desvios que teriam sido causados pelos países pobres, pelos pobres dos países pobres e pelos pobres dos países ricos. Altera-se a divisão territorial do trabalho, cujo centro é estabelecido pelo poder financeiro e tecnológico.

Aceitam os pesquisadores, cientistas, estudiosos, os deslocamentos e as novas matrizes discursivas sem contestação? Do ponto de vista da

epistemologia da geografia, aumenta o fosso entre as geografias física e humana e as diversas especializações em cada uma delas, o que impede e dificulta a compreensão da complexidade do processo.

Análises importantes são realizadas, entre as quais a questão dos riscos, da ocupação de riscos, da produção destrutiva, da dilapidação de recursos, dos microclimas, das mudanças climáticas globais, da morfologia do relevo, da necessidade e da poluição de águas, das características da ocupação e reprodução do espaço rural e do espaço urbano, da configuração das cidades, da diversidade espacial, da desigualdade socioespacial, da ausência de condições mínimas de vida para a maioria, das alterações produtivas e de relações de trabalho, das transformações no mundo do trabalho, da concentração de terras rurais, das metrópoles, das alterações nos deslocamentos migratórios, do avanço das tecnologias, da falta de moradia, de saneamento, de equipamentos coletivos, das alterações da produção e serviços.

Porém, a complexidade das relações da sociedade com a natureza não tem grande projeção nos estudos e pesquisas. Admite-se ou adota-se a matriz discursiva do “desenvolvimento sustentável”, como se observa no uso das novas terminologias “gestão de bacia hidrográfica”, “gestão de riscos”, “educação ambiental”, “coleta seletiva”, “agenda 21 local”, entre várias outras (RODRIGUES, 2005a).

A manutenção do poder e do domínio econômico, político e financeiro, expressa na exploração do petróleo, carvão de pedra, madeiras, água, entre outras riquezas, promove conflitos e guerras pautadas na ideologia ocidental desenvolvimentista, na suposta igualdade da Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos Tratados Internacionais. Mas o poder real de nações e de corporações multinacionais sequer é ventilado.

3. Considerações gerais

O avanço da técnica provoca rupturas de formas de produção, relações sociais, das relações entre sociedade e natureza e de formas de exploração dos territórios. As rupturas, fissuras, também aparecem nas relações societárias. O avanço da indústria química e a biotecnologia alteram a produção

de sementes, tornando cativos da tecnologia os trabalhadores rurais e seu conhecimento milenar sobre a produção.

Os Estados Nacionais parecem ter o domínio sobre o seu território, mas a apropriação das riquezas é dada pela técnica, pelas patentes industriais, intelectuais, e pelas corporações multinacionais. O Presidente da Comissão Francesa de Investigação e Experimentação Biomolecular constatou que antes de 1996, com a epidemia da Vaca Louca, havia poucas notícias sobre a biotecnologia. Ou seja, as pesquisas engajadas na mudança de processo realizadas nos laboratórios só aparecem quando se descobrem problemas reais, saindo da surdina dos laboratórios para o domínio da reprodução da vida somente quando problemas reais são provocados e não podem mais ser ocultados.

O debate sobre as transformações obtidas, contudo, não é considerado para corrigir problemas e obter-se o desenvolvimento sustentável. As transformações obtidas são tidas sempre como avanços e não causadoras de problemas de insustentabilidade. Não são consideradas desvios do modelo, pois representam o sucesso do modo de produção.

As lutas, contradições, os conflitos em relação às riquezas naturais, ao espaço, ao território passam para os laboratórios. A escala do debate sobre o ambiente passa por rupturas que não têm sido analisadas com profundidade. É possível compreender o processo na escala laboratorial?

A produção destrutiva, embora cada vez mais evidente, não parece ser o tema predominante nos estudos sobre relações da sociedade com a natureza. Os cientistas sociais, e em especial os geógrafos, em grande parte, parecem temer colocar em causa as transformações da sociedade com a natureza. Penso que o temor está relacionado ao fato de que o espaço e o território são mais importantes do que as ciências que os estudam e por isso mesmo são colocados como secundários (RODRIGUES, 2005a).

A ideologia dominante desloca a importância para questões abstratas e problemas que serão resolvidos ao longo do tempo. Epistemologicamente parece nos levar a centralizar as questões teóricas e metodológicas em aspectos parciais das relações da sociedade com a natureza.

Desenvolvimento sustentável passou a ser uma mágica para resolução de problemas que serão resolvíveis no futuro. O termo encobre a complexidade das formas de apropriação, propriedade, e oculta, ainda mais,

quem detém o poder, quem detém o avanço tecnológico. Não há como compreender nas premissas o processo de produção do espaço, do território, as classes sociais e a complexidade nas transformações. A sociedade é uma abstração nos documentos oficiais, projetos, programas, pesquisas, que utilizam o termo desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável tornou-se também palavra mágica para falar de soluções de problemas considerados como desvios de um modelo que se perpetua no sucesso do modo de produção.

Nos documentos oficiais e nas agendas, os termos natureza e ambiente (que implicam compreender a sociedade no processo) passaram para meio ambiente, que diz respeito principalmente ao meio externo à sociedade, embora pudesse, na sua origem, referir-se à totalidade do meio físico e social⁷.

A problemática social e ambiental é real, expande-se com a compressão do tempo/espaço. Os problemas ambientais são reais, como se observa no esgotamento das terras férteis, no domínio da biotecnologia, na poluição do ar, da água, do solo, no aumento de doenças relacionadas a diversas formas de poluição e contaminação.

A segregação espacial mostra que são os mais pobres que vivem em lugares mais contaminados. Os documentos oficiais traduzem “problemas”, mas não mostram as contradições, os conflitos, as classes sociais, a organização territorial e espacial. Para problemas, aparentemente haveria a solução do desenvolvimento sustentável.

A natureza humana tem como atributo fundamental a capacidade de pensar. Mas a capacidade humana de pensar tem sido “reduzida” a treinamento de recursos humanos necessários para a reprodução ampliada do capital. Os trabalhadores (a força de trabalho) tornaram-se também “recursos”, abstraindo-se as relações de trabalho e enfatizando-se o “treinamento”.

O progresso é atribuído aos detentores de capital, que criam empregos e recebem os “bons frutos” do progresso. A maioria recebe os “frutos podres” e não tem acesso ao novo tipo de padrão de vida. Porém as novas matrizes discursivas colocam-nos como os maiores responsáveis pela poluição, depredação das riquezas naturais. Epistemologicamente temos que compreender esta e outras questões para não cair no engodo e esquecer a importância do ambiente, do espaço, do território, das contradições e

dos conflitos, da apropriação e da propriedade das riquezas, das classes sociais.

Como diz Baudrillard: “novos medos, novos temores recriam várias pequenas lendas, religiosas, étnicas, políticas ou a grande e falsa lenda planetária da informação, do mundo conhecido, das técnicas e de seus usos futuros” (BAUDRILLARD, 2005, p. 3).

Entre as novas lendas está o Desenvolvimento Sustentável instituído como premissa, matriz discursiva, conceito, solução para o século XXI. Uma lenda, um mito, uma ideia para o futuro, um pensamento único e uma meta a ser atingida, no futuro, ou seja, no século XXI. Não se explicita para quem haverá futuro. Como o espaço, o território e as classes sociais são abstrações, isso faz com que a expressão mais utilizada seja a de que “todos” devem contribuir para o futuro da humanidade e para as gerações futuras.

É preciso analisar a realidade, as concepções teóricas e metodológicas sobre espaço, território, ambiente, riquezas naturais, diferentes formas de apropriação, lembrando que a dinâmica da natureza, do ambiente, não obedece a fronteiras administrativas e nem aos limites de tempo e espaço dos laboratórios. O desafio para compreender a complexidade é iniciar a análise sem as amarras do pensamento único, de modo a não limitar ainda mais o desenvolvimento do principal atributo do homem, ou seja, a capacidade de pensar.

Os deslocamentos discursivos impedem que se compreenda que os conflitos de classe passaram, na agenda política internacional, para os conflitos de gerações e que se analise a importância do território para a reprodução ampliada do capital, dificultando a análise do espaço, da produção do espaço, do poder dos detentores do conhecimento, da tecnologia na apropriação das riquezas naturais⁸.

A agenda política passa a ser construída tendo como referencial o neoliberalismo com a meta de atingir o desenvolvimento sustentável. São os Estados que assinam a Agenda 21, no entanto, são as corporações multinacionais que detêm o poder da tecnologia. Os Estados são responsáveis pela implementação, porém, para o neoliberalismo, o Estado tem que ser “mínimo”. São formas de ocultar a realidade.

A mercadificação da paisagem e do ambiente, a financeirização estão nos laboratórios de empresas multinacionais e nos papéis que garan-

tem a posse/propriedade das mercadorias no território – a propriedade intelectual.

A financeirização da economia retirou o lastro da produção e também a possibilidade de incorporar o ambiente, desterritorializando o território ao mesmo tempo em que o tema meio ambiente é incorporado na agenda política.

O deslocamento discursivo de ambiente para meio ambiente, de desenvolvimento para desenvolvimento sustentável, de matérias-primas e energia para “recursos naturais”, de força de trabalho para “recursos humanos” oculta a existência das classes sociais e a importância do território, desloca conflitos de classes para um suposto conflito de gerações e os conflitos de apropriação dos territórios para a natureza, o ambiente, o bem comum da humanidade.

Se a tecnologia acelerou a degradação do ambiente como esperar que esta mesma tecnologia promova a sustentação do modo de produção? Se as formas de produzir comprometem a reprodução da vida presente então como acreditar que sua continuidade resolverá os problemas para as gerações futuras?

O desenvolvimento como progresso produz sempre novas mercadorias, consome força de trabalho, matérias-primas, energia, compromete o ambiente, dilapida os elementos da natureza, provoca poluição, altera o uso do solo, insere o mundo no fetiche das contas, com a tentativa de ocultar o espaço e diminuir a importância dos que analisam o espaço⁹. Para mostrar a importância do espaço, a importância da Geografia, é necessário compreender a complexidade do mundo atual, o que não é uma tarefa fácil.

Segundo Amartya Sen (SEN, 2000), há diversos condicionantes para pensar este desenvolvimento como liberdade: acesso à saúde, à educação, ao lazer, à cultura, à informação, ao conhecimento. Pensar o desenvolvimento como liberdade significa a remoção das fontes de privação: remover a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de vestir-se, de morar. Implica, necessariamente, a retomada da importância do espaço, do território. Remete à idéia de sociedade sustentável proposta pelas ONGs e pelos movimentos sociais em 1992. Pensar não ocupa espaço, não polui a natureza, utiliza energia dos alimentos, etc.,

mas não necessariamente com tantas máquinas, motores e mercadorias. Sem pensar não há liberdade.

Os desafios de compreender como se torna senso comum falar em desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, na garantia de vida das gerações futuras, na biosfera como bem comum só poderão ser transpostos se forem debatidas questões fundamentais do mundo contemporâneo, tentando retirar a cortina de fumaça que dificulta compreender as contradições e os conflitos que permeiam a produção, a reprodução e o consumo do espaço e das formas de organização societária.

Notas

¹ Texto publicado originalmente em *Textos Didáticos*, Campinas, n. 63, p. 13-22, 2008, com o título *Abordagens Ambientais. Questões para Reflexão*.

² Veja a respeito Rodrigues, 1998.

³ As alterações societárias não são objeto de análise no texto.

⁴ Utilizamos colonialismos e imperialismos pela diversidade com que se instalaram no mundo.

⁵ A natureza não tem fronteiras (RODRIGUES, 1998), mas estamos aqui nos referindo à política internacional que considera as fronteiras políticas e administrativas dos Estados-Nação.

⁶ Smith, Neil in Harvey (2005).

⁷ O meio ambiente, entendido como externo, é visível quando se analisa, por exemplo, os EIA-RIMAS e as propostas de mitigação de efeitos dos empreendimentos ao meio físico. Não há ideias de compensação por perdas causadas aos indivíduos.

⁸ Há também os oportunistas que buscam conseguir recursos para implantar projetos, programas, empregos, trabalhos, etc. Porém, o que nos preocupa é a forma como se ocultam as contradições e os conflitos.

⁹ A Geografia ficou "subalterna" das ciências dominantes. Além da divisão social e territorial do trabalho, é importante também considerar a divisão técnica do trabalho entre as diferentes categorias profissionais. A problemática ambiental mostra a importância da Geografia e cabe aos geógrafos não se intimidarem pelas tentativas discursivas e não aceitarem a subalternidade.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. **O Apocalipse da Razão**. Folha de São Paulo, Caderno Mais, São Paulo, 27/02/05.

BAUMAN, Zygmund. **Vidas Desperdiçadas**. Jorge Zahar Editores, 2005.

BRUNHES, Jean. **A Geografia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anablume Editora, 2005.

HARVEY, David. **A Condição Pós Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

PRAXEDES, Walter. Ensaio sobre a Cegueira: A cegueira como metáfora no livro de José Saramago. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 88, p. 1-8, setembro 2008. <http://www.espacoacademico.com.br/088/88praxedes>. Acesso em outubro de 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e Consumo do e no Espaço**. A Problemática Ambiental Urbana. 1998; 2006. www.mec.domínio.gov.br

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento Sustentável: dos Conflitos de Classes para o Conflito de Gerações. In: SILVA, José B.; LIMA, Luiz C.; DANTAS, Eustógio. **Panorama da Geografia Brasileira 2**. São Paulo: Anablume Editora, 2006. p. 101-115.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Problemática Ambiental. Agenda Política, Espaço, Território, Classes Sociais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 83, p. 91-110, 2005.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Setenta Anos de AGB – As Transformações do Espaço e a Geografia no Século XXI. Ocultação do Espaço e da Geografia. **Geosp**, São Paulo, n. 18, p. 21-33, 2005a.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SERRES, Michel. **Hominescências**. O Começo de uma Outra Humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

